

ANEXO XIV – MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO DE OBRAS

TOMADA DE PREÇO 03/2021

Processo:

TERMO DE CONTRATO DE OBRAS Nº/ , NOS
TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002, DECRETO
23.287/2002, QUE FAZEM ENTRE SI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA-DF E
A EMPRESA

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Planaltina, representado por _____, na qualidade de Administrador Regional de Planaltina, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e, doravante denominada Contratada _____, CNPJ nº. _____, com sede na _____ -Brasília – DF representada por _____, CPF: _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente na _____ – Cidade – UF, qualidade de _____ resolvem firmar o presente contrato sob a regência da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – RA/PLAN (às fls. a_), da Proposta (às fls. a_) e da Lei Federal nº 8.666/ 93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a contratação, pelo menor preço no regime de empreitada por preço global, de empresa de engenharia para execução de obra de reforma da cobertura da Feira de Hortifrutigranjeiros com melhorias do sistema de drenagem, captação pluvial e revitalização da praça do Padre Cícero, na região administrativa de Planaltina-DF, conforme especifica o Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021 – RA/PLAN (às fls. ____ a ____) e a Proposta (às fls. ____ a ____), e demais anexos que o acompanham, os quais passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução.

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos Arts. 6º e 10 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

O valor total do Contrato é de R\$ _____ (_____), devendo a importância de R\$ _____ (_____) ser atendida à

conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº. 6.778, de 06/01/2021 e suas alterações.

Cláusula Sexta – Da Subcontratação / Subcontratação Compulsória

6.1 - É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, cujo montante a ser subcontratado pode totalizar até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da CONTRATADA perante a RA/PLAN.

6.2 - Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a CONTRATADA se obriga a subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), nos termos previstos no item 12.7 da minuta do edital, assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006,

6.3 - A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

6.4 - Serão emitidas notas de empenho em favor da CONTRATADA e, também, empenho(s) direto(s) em favor da(s) empresa(s) subcontratada.

6.5 - No pagamento de cada etapa ou parcela será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da CONTRATADA e da subcontratada em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

6.6 - No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

6.7 - A CONTRATADA substituirá a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

6.8 - A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

6.9 - A empresa CONTRATADA responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao órgão contratante, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

6.10 - Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial.

Cláusula Sétima – Da Dotação Orçamentária

7.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: (preencher conforme item 1.2 do presente edital)

II – Programa de Trabalho: (preencher conforme item 1.2 do presente edital)

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

IV – Fonte de Recursos: 100 – Ordinária Não Vinculada

7.2 – O empenho inicial é de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em ___/___/2021, sob o evento nº _____, na modalidade Global.

Cláusula Oitava – Do Pagamento

8.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, condicionado a apresentação de toda a documentação exigida no item 10.6 do edital, para pagamento das parcelas de acordo com o cronograma de execução.

8.2. A contratada deverá apresentar as certidões, conforme o Edital:

8.2.1. Prova de regularidade perante a Receita Federal, em plena validade, ou seja, Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/ Secretária da Receita Federal do Brasil, e regularidade para com a Previdência Social/INSS, nos termos da Portaria do MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

8.2.2. Certificado de regularidade do FGTS, expedido pela CEF;

8.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Pública do DF, em plena validade (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa), por força do Art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

8.2.4. Prova de inexistência de débitos junto a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CND Trabalhista) nos termos do Art. 29, inciso V da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei nº 12.440/2011;

8.2.5. Quando a situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e a Justiça Trabalhista se referir a encargos previdenciários e trabalhistas, inclusive Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), relativos aos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços decorrentes do próprio contrato, hipótese em que o setorial de administração financeira de cada Órgão ou Entidade deverá reter o pagamento no limite da quantia suficiente para o adimplemento dos referidos débitos, como forma de evitar a responsabilização solidária e subsidiária do Distrito Federal, nos termos do §1º do art. 63 do Decreto nº 32.598/2010.

8.3. As faturas com valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser liquidadas, exclusivamente, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente no Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, excluído os comandos do § Único do Art. 6º.

8.4. Para os valores inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a empresa deverá apresentar o número da conta corrente e da agência em que deseja receber seus créditos. A liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

8.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

8.6. A liberação da última fatura somente será efetuada após o recebimento provisório da obra e/ou serviço, a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica e água, se for o caso.

8.7 O pagamento de cada uma das etapas ficará condicionado à efetiva conclusão da fase antecedente.

Cláusula Nona – Do Prazo de Vigência

9.1 – O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da sua assinatura até o dia ____/____/____.

9.2 – O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia corrido após o recebimento da Ordem de Serviço. Cabe ressaltar que o prazo de execução da obra é aquele constante da proposta de preços apresentada pela contratada, não superior ao prazo máximo fixado no item 6.1 “e” do edital. Dessa forma, o prazo constante da cláusula deverá ser preenchido com o prazo de execução constante da proposta da contratada, limitando-se, no máximo, àquele estabelecido em edital.

9.3 – O prazo para início da obra será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

9.4 – A obra será recebida provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

9.5 – A obra será recebida definitivamente pela Contratante mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

9.6 - O recebimento da Obra será tratado nos termos do Edital n.º 03/2021 – RA/PLAN e do Projeto Básico.

Cláusula Décima – Das garantias

10.1 – A garantia para a execução da obra será prestada na forma de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto no Capítulo XIII do Edital.

10.1.1 – A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor.

10.2 – A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

10.3 – A não apresentação da garantia nos prazos estabelecidos pelo Edital de TOMADA DE PREÇOS N° 03/2021 – RA/PLAN, impossibilita a assinatura deste contrato.

10.3.1. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas.

Cláusula Décima Primeira – Da responsabilidade do Distrito Federal

11.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

11.2. Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato a Administração Regional de Planaltina obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento na forma estabelecida na Cláusula Sétima do presente contrato, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado da obra objeto deste contrato, livre acesso às instalações para a execução das obras;
- c) designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, que anotará em diário de obra todas as ocorrências verificadas;
- d) notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- e) acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;
- f) indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Art. 41, inciso II e parágrafos do Decreto 32.598/2010;
- g) demais obrigações determinadas no Projeto Básico.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

12.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

12.2.1 – A Contratada declara a inexistência de possibilidade de transferir ao Distrito Federal a responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários por ventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

12.3 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4. É vedada a contratação de mão-de-obra infantil, nos termos do Art. 2º da Lei nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.5. A contratada deverá atender o disposto no no Art. 12 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Distrital nº 4.770/2012 e no Art. 2º do Decreto nº 36.520/2015, no que se refere a tomar medidas para promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, e conforme as condições estipuladas no Projeto Básico – Caderno de Especificações e declaração apresentada durante o processo licitatório.

12.6. Aplica-se a Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo:

I – discriminatório contra a mulher;

II – que incentive a violência contra a mulher;

III – que exponha a mulher a constrangimento;

IV – homofóbico;

V – que represente qualquer tipo de discriminação; as disposições previstas nessas normas aplicam-se, ainda, às contratações pelo Poder Público de profissionais do setor artístico; o uso ou o emprego de conteúdos discriminatórios, previstos nos referidos normativos Distritais, constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 – O valor será fixo e irrevogável, considerando a periodicidade inferior a um ano do ajuste, nos termos do Capítulo XII do edital.

13.2.1. O índice para eventual reajuste, observada a periodicidade anual, a contar da data limite de apresentação da proposta será o INCC/FGV, esse índice é uma exceção admitida no Decreto n.º 37.121/2016 (art. 2º, §1º).

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, no Decreto Distrital nº 26.851/2006 e suas alterações posteriores, Anexo XV, observadas as condições estabelecidas no “Capítulo IX – Penalidades” do Edital. Cláusula

Décima Quinta – Rescisão Amigável

15.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por comum acordo, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e que não seja caso de rescisão unilateral do contrato, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.2. É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Contratante de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

16.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo Art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

16.3. Subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato, não autorizada pelo CONTRATANTE.

Cláusula Décima Sétima – Dos débitos para com a Fazenda Pública

17.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

18.1. O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Planaltina, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Nona – Da Publicação e do Registro

19.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Administração Regional de Planaltina.

Cláusula Vigésima – Do Combate à Corrupção

20.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto nº 34.031/2012.

Cláusula Vigésima Primeira – Do Foro

21.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Planaltina, _____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada: